

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA

1. Abertura;
2. Atualização de membros;
3. Informes gerais;
4. Discussão e aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária do CBH Litorânea;
5. Apresentação e discussão dos seguintes produtos:
  - P08: Proposta de Enquadramento;
  - P09: Programa para Efetivação do Enquadramento;
  - P10: Rede de monitoramento;
  - P12: Diretrizes Institucionais;
6. Encerramento.

Aos 31 dias de outubro de 2018, às 13h45min, na Sala de Reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, deu-se início à 6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Litorânea, contando com a presença do Presidente ARLINEU RIBAS, da ABES/PR; do Secretário Executivo EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ; dos membros CAIO PAMPLONA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); DANIELLE PRIM, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG); SEBASTIÃO BELLETTINI, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); SIMONE DA ROCHA LIMA TANUS, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); LARISSA GNATA GONÇALVES, da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná (CAGEPAR); RAPHAEL ROLIM DE MOURA, da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ; FERNANDO JOSÉ DIAS CARNEIRO, da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA; LUIZ LEANDRO DE VICENTE e KÁTIA CRISTINA NAKANDAKARE, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); FERNANDO VELLOZO RODERJAN, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; CLEBER DE ARAÚJO CEZARINO, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina (SAMAE); MÔNICA IRION ALMEIDA, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL); FELIPE PINHEIRO, da Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN); PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); ALLAN P. KRELLING (P/ EMERSON L. TONETTI), do Instituto Federal do Paraná (IFPR); ELOIR MARTINS JR., da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (ACIAP) e ENÉAS SOUZA MACHADO, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH); e dos convidados ANDREIA SCHYPULA, BRUNA MIRÓ TOZZI, CAMILA DE C. A. DE BITENCOURT, SÔNIA BÓRIO e RODOLPHO RAMINA, da COBRAPE; KAROLLYNE DE ABREU TERNOSKI, LOURIVAL NEVES JR., TATIANA AKEMI SAKAGAMI e TIAGO M. BACOVIS, do AGUASPARANÁ; CRISTIANO B. SANTOS, da COAMO; FERNANDO J. MAZUR e NEIVA C. RIBEIRO, da SANEPAR; RICARDO THIESSEN, da CAGEPAR; ELTON RODRIGUES DOS SANTOS e JOSÉ LUIZ SCROCCARO, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS abriu, oficialmente, a Plenária (**item 1**) e, em seguida, atualizou o quadro de membros do Comitê (**item 2**), dando boas-vindas ao Sr. FERNANDO RODERJAN, em substituição ao Sr. FREDERICO SALVADORI, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; ao Sr. ELOIR MARTINS JR., em substituição ao Sr. ELOIR MARTINS, da ACIAP; e ao Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, como membro indicado pela ABRH. Em relação ao **item 3**, o Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, comentou brevemente a respeito da Oficina do Procomitês, realizada junto à ANA, no mês de outubro, reunindo presidentes de todos os comitês paranaenses e informando a todos sobre as perspectivas de aporte financeiro do Programa, com o cumprimento de metas, visando ao fortalecimento de cada comitê. No que disse respeito ao **item 4**, a Sra. MÔNICA ALMEIDA, da COPEL, pediu que fossem verificados os

58 comentários enviados à Secretaria Executiva do Comitê, via e-mail. Para que  
59 não atrasassem as discussões do dia, leu em voz alta seus principais  
60 questionamentos. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, esclareceu  
61 que, de fato, não houve o terceiro workshop voltado ao setor dos usuários,  
62 justamente por exiguidade do tempo e prazos comprometidos. O foco estava em  
63 atingir o Poder Público, principalmente municipal, devido às discussões  
64 relacionadas à ocupação e uso do solo. Justificou-se, porém, que os principais  
65 usuários da bacia Litorânea vinham participando ativamente de todas as  
66 discussões, tanto em âmbito de Câmara Técnica, quanto da Plenária. Outro  
67 esclarecimento disse respeito aos “setores censitários por área estratégica de  
68 gestão”: o Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, apontou que isso estava  
69 relacionado à representatividade da bacia hidrográfica, como um todo;  
70 futuramente, podendo ser retratada nos setores censitários também. Assim,  
71 colocou-se em votação a ata da 5ª reunião ordinária que, por sua vez, foi  
72 aprovada, desde que fosse revisada devidamente, conforme contribuições da  
73 COPEL. A seguir, deu-se início à apresentação e discussão dos produtos, de  
74 acordo com a pauta do dia (**item 5**). Terminada a apresentação dos produtos  
75 referentes ao enquadramento e o programa para sua efetivação, pela Sra.  
76 CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, abriu-se sessão para  
77 esclarecimentos. O Sr. CAIO PAMPLONA, do ICMBio, fez considerações a  
78 respeito do enquadramento do rio da APA de Guaraqueçaba. Expôs que se  
79 solicitou, oficialmente, para que fosse considerado como classe 1, *a priori*,  
80 porém, recebeu-se uma resposta negativa, sem maiores esclarecimentos. A Sra.  
81 CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, apontou que tal questão fora  
82 discutida no workshop voltado à sociedade civil, contudo, inconclusiva, ao final,  
83 pois não havia sido consolidada uma posição. O Sr. ENÉAS MACHADO, da  
84 ABRH, comentou que, a princípio, a CTINS não discutiu esse item  
85 especificamente. O Sr. CAIO PAMPLONA, do ICMBio, argumentou que o ICMBio  
86 não fazia parte da CTINS. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ,  
87 ressaltou que aquele era o momento de discutir, pois se tratava da Plenária do  
88 Comitê. Particularmente, mostrou-se contra o posicionamento do representante  
89 do ICMBio, pois já havia sido discutida arduamente na CTINS. O Sr. FELIPE  
90 PINHEIRO, da ADEMADAN, perguntou à consultora se dentro da APA  
91 Guaraqueçaba, havia algum impedimento técnico para a classe 1, ao que a Sra.  
92 CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, argumentou que, dentro da APA,  
93 havia diversos usos outorgados e que, pelos resultados do modelo matemático,  
94 não haveria muitas implicações em propor classe 1. Porém, reiterou que,  
95 considerando os diversos usos, uma revisão mais longa seria necessária. O Sr.  
96 ENÉAS MACHADO, da ABRH, mostrou-se contra tal alteração, corroborado pelo  
97 seu colega, Sr. EVERTON SOUZA, quem enfatizou novamente o trabalho e  
98 empenho da CTINS. O Sr. CAIO PAMPLONA, do ICMBio, contra-argumentou,  
99 pedindo que, ao menos, os participantes lessem o ofício encaminhado para o  
100 AGUASPARANÁ. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, reafirmou sua  
101 opinião, lembrando a todos que a Plenária era soberana. A Sra. BRUNA TOZZI,  
102 da COBRAPE, pediu por atas anteriores. Constatou-se que aquele assunto havia  
103 sido levantado na 8ª reunião da CTINS, pelo próprio representante do ICMBio,  
104 mas não foi adiante nas reuniões seguintes. O Sr. PAULO HENRIQUE  
105 MARQUES, da UFPR, questionou se uma vez aprovada a resolução de  
106 enquadramento, não haveria possibilidade de alterá-la e quais seriam as  
107 implicações disso. O Sr. ENÉAS MACHADO, da ABRH, respondeu que,  
108 legalmente, não havia problema algum nisso. Propôs que se aprovasse a  
109 resolução naquele dia, mas que se levantassem todos os argumentos em uma  
110 futura proposta de revisão, em março ou abril de 2019. O Sr. PAULO HENRIQUE  
111 MARQUES, da UFPR, propôs, então, que se inserisse a discussão do  
112 enquadramento de rios na APA de Guaraqueçaba na agenda do Comitê e  
113 CTINS. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, mostrou-se contra a ideia  
114 de aprovar algo que seria revisado em seis meses. O Sr. ENÉAS MACHADO,

115 da ABRH, mencionou que ainda seria necessário submeter o enquadramento ao  
116 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A Sra. NEIVA RIBEIRO, da  
117 SANEPAR, defendeu o trabalho desenvolvido na CTINS. A Sra. Bruna Tozzi, da  
118 COBRAPE, apontou, no mapa, a área da APA de Guaraqueçaba e fez  
119 considerações a respeito do número de trechos criteriosamente selecionados  
120 para o enquadramento, opinando ser a favor de colocar o relatório em votação.  
121 Oportunamente, o Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, saudou a  
122 presença do Coordenador de Recursos Hídricos e Atmosféricos, o Sr. JOSÉ  
123 LUIZ SCROCCARO, tendo em vista a importância da discussão. A Sra.  
124 PRISCILA CAVALCANTE, do MPPR, propôs que se deixasse esse aspecto  
125 levantado pelo ICMBio em aberto para posteriores discussões na CTINS, ao que  
126 o Sr. ENÉAS MACHADO, da ABRH, contra-argumentou, dizendo que não era  
127 uma boa ideia. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, sugeriu novo  
128 encaminhamento: defesas dos pontos de vista e votação. O Sr. CAIO  
129 PAMPLONA, do ICMBio, defendeu novamente seu ponto de vista,  
130 argumentando que, se o uso definiria o enquadramento, o assunto deveria ser  
131 discutido ainda mais exaustivamente na CTINS. O Sr. SEBASTIÃO BELLETTINI,  
132 do EMATER, mostrou-se a favor da aprovação do relatório. O Sr. PAULO  
133 HENRIQUE MARQUES, da UFPR, defendeu seu trabalho e dos colegas da  
134 CTINS, ao longo de muitas reuniões. O Sr. EVERTON SOUZA, do  
135 AGUASPARANÁ, prosseguiu com o encaminhamento, colocando a proposta de  
136 enquadramento em votação. Todos os membros que assinaram a lista de  
137 presença votaram a favor, exceto o Sr. CAIO PAMPLONA, do ICMBio. Assim,  
138 passou-se a leitura de parágrafo por parágrafo da minuta de deliberação CBH  
139 Litorânea nº01/2018. A Sra. KÁTIA NAKANDAKARE, da SANEPAR, solicitou  
140 que, no parágrafo 1º do artigo 2º, fosse suprimida a palavra “outorgados”, pois  
141 isso se referia apenas aos efluentes outorgados. A Sra. CAMILA DE  
142 BITENCOURT, da COBRAPE, disse ter recebido essa manifestação e  
143 concordou com a Sanepar. Em relação ao artigo 4º, parágrafo 6º, a Sra. KÁTIA  
144 NAKANDAKARE, da SANEPAR, sugeriu que se evidenciasse o “código da  
145 ottobacia”, ao invés da abreviação “COBACIA”. A Sra. MÔNICA ALMEIDA, da  
146 COPEL, questionou o uso da palavra “concentração” no artigo 10, parágrafo 2º.  
147 A Sra. CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, sugeriu suprimi-la e manter  
148 somente “limites definidos...”. O Sr. FERNANDO RODERJAN, da PARANAGUÁ  
149 SANEAMENTO, deu ciência ao Comitê de que as outorgas concedidas à  
150 PARANAGUÁ SANEAMENTO, poderiam ser questionáveis, porque até o  
151 período dado para estudos sobre as águas salinas e salobras, seriam adotadas  
152 as águas doces para o enquadramento. A Sra. CAMILA DE BITENCOURT, da  
153 COBRAPE, concordou, mas ressaltou que era uma discussão recorrente e que  
154 era necessário, de fato, um estudo para melhor entender a influência marinha  
155 nas águas da região. O Sr. PAULO HENRIQUE MARQUES, da UFPR, apontou  
156 a necessidade de um monitoramento adequado, devendo ser revisada a questão  
157 das marés, séries históricas e tudo o que fora mencionado, bem como as  
158 outorgas também deveriam ser revisadas. O Sr. ENÉAS MACHADO, da ABRH,  
159 corroborou com as palavras do prof. PAULO e ressaltou a urgente necessidade  
160 da CTINS e do Comitê requererem do IAP e do AGUASPARANÁ a padronização  
161 de métodos. A Sra. CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, iniciou a  
162 apresentação sobre o programa de efetivação do enquadramento, solicitando  
163 para que os participantes não se “prendessem” aos valores apresentados,  
164 obtidos da literatura, mas sim à ordem de grandeza dos investimentos  
165 necessários. Com o término da apresentação, iniciaram-se as discussões. O Sr.  
166 CAIO PAMPLONA, do ICMBio, perguntou por programas relacionados à APP e  
167 conservação de mata ciliar, ao que a Sra. CAMILA DE BITENCOURT, da  
168 COBRAPE, esclareceu que tais programas estavam contemplados no produto  
169 16, que abrangiam programas de intervenção na bacia e que no produto 09  
170 estavam sendo considerados apenas os mais diretamente relacionados ao  
171 enquadramento. A Sra. BRUNA TOZZI, da COBRAPE, sugeriu colocar como

172 apêndice o produto 09 no produto 16, inclusive, pois estavam intrinsecamente  
173 ligados, de fato. O Sr. ENÉAS MACHADO, da ABRH, destacou os emissários  
174 como alternativa levantada e sugeriu que os representantes dos Municípios  
175 começassem a analisar a viabilidade de implantação, dentre outras alternativas  
176 às convencionais ETEs. A Sra. MÔNICA ALMEIDA, da COPEL, apontou que a  
177 versão anterior do produto 09 apresentava valores bem diferentes desta última.  
178 A Sra. CAMILA DE BITENCOURT, da COBRAPE, explicou que isso foi devido a  
179 i. alteração de trechos de rio e classes; e ii. planejamento recebido das  
180 companhias de saneamento. O Sr. LUIZ DE VICENTE, da SANEPAR, comentou,  
181 em relação à colocação do Sr. ENÉAS MACHADO, que a concessionária e a  
182 UFPR estabeleceram parceria para melhor estudar as correntezas marítimas  
183 para análise de implantação de emissários. A Sra. KÁTIA NAKANDAKARE, da  
184 SANEPAR, ressaltou que os emissários apresentados no relatório eram apenas  
185 para se ter uma ideia, mas não poderiam ser considerados, para efeito de  
186 comparação e custos, pois não estavam dimensionados. O Sr. PAULO  
187 HENRIQUE MARQUES, da UFPR, expôs a necessidade de se firmar  
188 compromisso enquanto sociedade civil, de cobrar das Prefeituras e Estado,  
189 projetos de infraestrutura e desenvolvimento do litoral. Perguntou a todos quem  
190 pagaria a conta de todos os investimentos previstos para que se atingisse o  
191 enquadramento. Os Srs. ENÉAS MACHADO, da ABRH, e EVERTON SOUZA,  
192 do AGUASPARANÁ, compartilharam do desabafo do prof. PAULO e ressaltaram  
193 a importância do Comitê, enquanto ator protagonista no controle social para que  
194 se cumprissem as metas do enquadramento, citando como exemplo o Manual  
195 Operativo do Plano do CBH Paranapanema. A Sra. SIMONE TANUS, da APPA,  
196 questionou de onde viriam os recursos financeiros, as ações mitigadoras que  
197 seriam adotadas e recomendações dos órgãos licenciadores, em relação aos  
198 empreendimentos e seus impactos nos recursos hídricos. A Sra. PRISCILA  
199 CAVALCANTE, do MPPR, salientou a importância das ações mitigadoras e  
200 necessidade de fiscalização e cumprimento das condicionantes das licenças  
201 emitidas. Sugeriu que a APPA emitisse pareceres mais robustos acerca dos  
202 empreendimentos que afetavam a região portuária. A Sra. SIMONE TANUS, da  
203 APPA, concordou e apontou o papel dos órgãos ambientais. O Sr. RODOLPHO  
204 RAMINA, da COBRAPE, complementou a fala do Sr. EVERTON SOUZA,  
205 explanando que o programa para efetivação do enquadramento e o programa de  
206 intervenções traziam à tona instrumentos e ferramentas para que maximizassem  
207 as chances de cumprimento dos objetivos do plano de bacia. O Sr. EVERTON  
208 SOUZA, do AGUASPARANÁ, colocou em votação o produto 09. Todos que  
209 assinaram a lista de presença votaram a favor, exceto o Sr. CAIO PAMPLONA,  
210 que justificou seu voto contrário, mostrando-se coerente com seu voto anterior e  
211 colocando à disposição de todos os membros um estudo elaborado pelo ICMBio.  
212 Em seguida, o Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, colocou em votação  
213 a minuta de deliberação. Todos aprovaram-na, exceto o Sr. CAIO PAMPLONA.  
214 O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO, da SEMA, corroborou com a fala do Sr.  
215 EVERTON SOUZA, parabenizando a todo o Comitê da Bacia Litorânea,  
216 enfatizando a importância do plano de bacia. Houve uma pausa para  
217 homenagear o Sr. ENÉAS MACHADO pela enorme contribuição e exemplo de  
218 servidor público. O Sr. EVERTON SOUZA, do AGUASPARANÁ, retomou a  
219 reunião, passando a palavra à consultora para apresentação do produto sobre  
220 diretrizes institucionais. Após a explanação da Sra. SÔNIA BÓRIO, da  
221 COBRAPE, abriu-se para discussão. O Sr. CAIO PAMPLONA, do ICMBio,  
222 perguntou qual foi a referência da matriz GUT apresentada, ao que a Sra. SÔNIA  
223 BÓRIO, da COBRAPE, esclareceu se tratar de experiência própria e tendo o  
224 Comitê como referência de gestão. O Sr. ENÉAS MACHADO, da ABRH, sugeriu  
225 que a própria CTINS e, posteriormente, a Plenária, pontuassem a matriz GUT,  
226 após recebimento e aprovação do produto 16. A Sra. NEIVA RIBEIRO, da  
227 SANEPAR, entregou ao Comitê contribuições a respeito da experiência da  
228 concessionária com emergências ambientais. A Sra. MÔNICA ALMEIDA, da

229 COPEL, atentou para um trecho do texto em que “sobrava” o nome do rio,  
230 pedindo para que suprimissem o “... rio S. João...” do parágrafo. O Sr. Presidente  
231 ARLINEU RIBAS, da ABES/PR, colocou o produto 12 “Diretrizes Institucionais”  
232 em votação. O produto 12 foi aprovado por unanimidade. Devido ao tempo  
233 limitado de uso da sala, o produto 10 “Rede de Monitoramento” foi postergado  
234 para a Plenária seguinte. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO, da SEMA, comentou  
235 sobre a perspectiva positiva para os anos de 2019 e 2020, salientando a  
236 necessidade de que se ter projetos estruturantes para aplicar recursos que  
237 estariam por vir, especialmente aqueles advindos da CFURH. O Sr. EVERTON  
238 SOUZA, do AGUASPARANÁ, agradeceu à ACIAP, na presença do Sr. ELOIR  
239 MARTINS JR., pela concessão do espaço para a reunião. Em não havendo mais  
240 contribuições, às 17h30, o Sr. Presidente ARLINEU RIBAS, da ABES/PR,  
241 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião (**item 6**) de que  
242 se tratou a presente ata.

243

244

245

246 **ARLINEU RIBAS**

247 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

248

249 **Everton Luiz da Costa Souza**

250 Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea